



IX	Capacitação de servidores técnico-administrativos	Mensurar o total de horas de treinamento frequentadas por servidores técnico-administrativos, em exercício na AGU, em relação ao total desses servidores	Nº de servidores técnico-administrativos que participaram de, pelo menos, 2 horas de treinamento/nº de servidores técnico-administrativos em exercício na AGU	Servidores técnico-administrativos da AGU	Capacitar 20% dos servidores técnico-administrativos, em exercício na AGU, em, pelo menos, 2 horas de treinamento, no período avaliativo.	Relatório das ações de capacitação elaborado pela Secretaria-Geral de Administração
X	Implantação da Política de Treinamento e Desenvolvimento da AGU	Planejar e Desenvolver a Política de Treinamento e Desenvolvimento dos Servidores técnico-administrativos, em parceria com a E-AGU.	Política de Treinamento e Desenvolvimento da AGU desenvolvida.	Servidores técnico-administrativos da AGU	Planejar e Desenvolver a Política de Treinamento e Desenvolvimento dos Servidores técnico-administrativos, em parceria com a E-AGU, no período avaliativo.	Publicação da Política de Treinamento e Desenvolvimento da AGU.
XI	Capacidade de resposta da Ouvidoria da AGU aos cidadãos	Identificar o percentual de atendimento das demandas feitas à Ouvidoria da AGU.	Nº de demandas respondidas / nº total de demandas registradas no Sistema AGUOuvidoria X 100	Usuários internos e externos	Responder 100% das demandas feitas à Ouvidoria da AGU, no exercício de 2014.	Relatório de atividades do sistema da Ouvidoria
XII	Satisfação do usuário do novo site da AGU	Mensurar a satisfação de visitantes e usuários do novo site da AGU por meio de pesquisa.	Média do percentual de respostas de conotação satisfatória de cada item.	Visitantes e usuários do site.	Obter 30% de respostas de conotação satisfatória.	Relatório do Departamento de Tecnologia da Informação

PORTARIA Nº 225, DE 3 DE JULHO DE 2014

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições legais, com base no disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, tendo em vista o resultado do concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de cargos de Procurador Federal de 2ª Categoria, de que trata o Edital CESPE nº 4, de 27 de agosto de 2013, publicado no DOU de 29 de agosto de 2013, e em cumprimento a decisão liminar proferida nos autos da ação ordinária n.º 5044080-64.2014.404.7100/RS, resolve:

Art. 1º Reclassificar, em caráter *sub judice*, a candidata RENATA BONILHA SILVEIRA na 54ª colocação, com 385,07 pontos.

Art. 2º Alterar o Anexo I da Portaria nº 196/AGU, de 18 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2014, Seção 1, págs. 26 - 29, para inserir a classificação e a pontuação *sub judice* objeto do artigo 1º desta Portaria, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

10003347	JERONIMO HERCULANO DE AGUIAR FILHO	53	
10006590	RENATA BONILHA SILVEIRA *	54	<i>Sub judice</i>
10010153	LUAM HEREDIA SILVA COSTA	54	

.....

10008734	EDUARDO TELES DE OLIVEIRA	82	<i>Sub judice</i>
10006590	RENATA BONILHA SILVEIRA *	82	
10011563	ANDREA SANTIAGO DRUMOND	83	

....."

".....

\* Candidata reclassificada, em caráter *sub judice*, para a 54ª colocação em virtude de decisão liminar."

Art. 3º Alterar o Anexo da Portaria nº 201/AGU, de 18 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2014, Seção 2, págs. 2 - 3, para reposicionar, em caráter *sub judice*, a candidata RENATA BONILHA SILVEIRA, no número de ordem 55, atribuindo-lhe a classificação final na 54ª colocação, com 385,07 pontos, e acrescer uma posição até o número de ordem 82.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

PORTARIA Nº 227, DE 3 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a autorização para desistência e não interposição de recurso especial no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, VI e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e

Considerando os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 052/2009/CNJ, celebrado entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

Considerando que, no II PACTO REPUBLICANO DE ESTADO POR UM SISTEMA DE JUSTIÇA MAIS ACESSÍVEL, ÁGIL E EFETIVO, do qual são signatários os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, foram assumidos os compromissos de incrementar medidas tendentes a assegurar maior efetividade ao reconhecimento dos direitos, bem como de ampliar a edição de súmulas administrativas;

Considerando que o desnecessário prolongamento de determinados processos, especialmente aqueles cuja controvérsia jurídica já está pacificada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), acarreta prejuízos para a União e para o Poder Judiciário,

Considerando os termos da Portaria nº 260, de 22 de junho de 2012, que dispõe sobre autorização para desistência de recursos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a autorização para desistência e não interposição de recurso especial no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

Art. 2º Os Advogados da União em exercício nas Procuradorias Regionais da União e os Procuradores Federais em exercício nas Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados ficam autorizados a desistir de recurso especial, bem como de agravo do art. 544 do CPC ainda não encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), nas seguintes hipóteses:

I - existência de Súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da matéria;

II - matéria não prequestionada, nos termos das Súmulas 282 ou 356 do STF ou da Súmula 211 do STJ;

III - pretensão de simples reexame de prova, nos termos da Súmula 7 do STJ;

IV - acórdão em recurso representativo de controvérsia sobre a matéria, proferido pelo STJ, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, contrário à tese da União, suas autarquias e fundações públicas, excluídos os casos em que houver probabilidade de reversão pelo STF;

V - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos da Súmula 284 do STF;

VI - falta de ataque específico dos fundamentos da decisão agravada, nos termos da Súmula 182 do STJ;

VII - mais de um fundamento suficiente na decisão recorrida e o recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula 283 do STF;

VIII - o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucionais e infraconstitucionais, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e não tiver sido interposto recurso extraordinário, nos termos da Súmula 126 do STJ;

IX - existência de parecer aprovado nos termos dos arts. 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993, em sentido diverso da tese recursal;

X - acórdão transitado em julgado proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade, de ação declaratória de constitucionalidade ou de arguição de descumprimento de preceito fundamental contrário à tese da União, suas autarquias e fundações públicas; ou

XI - acórdão em sede de recurso extraordinário processado na forma do artigo 543-B do Código de Processo Civil contrário à tese da União, suas autarquias e fundações públicas.

Art. 3º Os Advogados da União em exercício nas Procuradorias Regionais da União e os Procuradores Federais em exercício nas Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados ficam autorizados a não interpor, no âmbito dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais de Justiça:

I - recurso especial, quando verificada a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV, IX, X e XI do art. 2º desta Portaria;

II - agravo do art. 544 do CPC, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, X e XI do art. 2º desta Portaria, negar seguimento ao recurso especial interposto pela União, suas autarquias ou fundações públicas.

Art. 4º A desistência e a não interposição de recurso objeto dos artigos 2º e 3º desta Portaria somente podem ser efetivadas se observados os parâmetros estabelecidos em orientações do Procurador-Geral da União ou do Procurador-Geral Federal, referentes a cada uma das hipóteses previstas nos referidos dispositivos.

Parágrafo único. A competência para a elaboração da orientação prevista na *caput* poderá ser delegada.

Art. 5º Os Advogados da União e os Procuradores Federais devem justificar a desistência e a não interposição de recurso previstas neste instrumento normativo com a indicação, no Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) ou no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), do ato de orientação do Procurador-Geral da União ou do Procurador-Geral Federal aplicado em cada caso.

Art. 6º As PGU e a PGF encaminharão, trimestralmente, ao Gabinete do Advogado-Geral da União, relatório estatístico contendo o resultado do trabalho no período.

Art. 7º O disposto nesta Portaria não se aplica:

I - às ações consideradas relevantes, nos termos da Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003; e

II - aos processos em que já tiver havido interposição simultânea de recurso cuja competência para julgamento seja do STF.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

CONSELHO DE GOVERNO  
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 3 DE JULHO DE 2014

Aplica direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de vidros para uso em eletrodomésticos da linha fria, originárias da República Popular da China.

O **CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR**, com fundamento no art. 6º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, no inciso XV do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 2003, no art. 2º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em conta o inciso III do art. 3º do mesmo diploma legal,

Considerando o que consta dos autos do Processo MDIC/SE-CEX 52272.000699/2012-53, resolve: